



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Projeto BRA/IICA/09/005 – Educação Ambiental

Contrato n.º 116087

PRODUTO N.º 04

Descrição do Produto:

Documento técnico contendo a sistematização e análise de resultados de oficinas de construção participativa de um Projeto Político Pedagógico (PPP) de Educação Ambiental para as Unidades de Conservação: APA do Planalto Central, Parque Nacional e Reserva Biológica da Contagem, localizadas no Distrito Federal.

Sumaya Cristina Dounis

Brasília – DF, 28 de março 2017.

DOCUMENTO TÉCNICO CONTENDO A SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS DE OFICINAS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: APA DO PLANALTO CENTRAL, PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E RESERVA BIOLÓGICA DA CONTAGEM, LOCALIZADAS NO DISTRITO FEDERAL.

FOLHA DE ROSTO

Identificação			
Consultor(a) / Autor(a): Sumaya Cristina Dounis			
Número do Contrato: 116086			
Nome do Projeto: Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 – Educação Ambiental			
Oficial/Coordenador Técnico Responsável: Renata Maranhão			
Data /Local: Brasília-DF, 15 de setembro de 2016			
Classificação			
Temas Prioritários do IICA			
Agroenergia e Biocombustíveis	Sanidade Agropecuária		
Biotecnologia e Biosegurança	Tecnologia e Inovação		
Comércio e Agronegócio	Agroindústria Rural		
Desenvolvimento Rural	Recursos Naturais		
Políticas e Comércio	Comunicação e Gestão do Conhecimento		
Agricultura Orgânica	Outros: Participação Social		x
Modernização Institucional			
Palavras-Chave: Educação Ambiental, Participação Social, Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental			
Resumo			
Título do Produto: DOCUMENTO TÉCNICO CONTENDO A SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS DE OFICINAS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: APA DO PLANALTO CENTRAL, PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA E RESERVA BIOLÓGICA DA CONTAGEM, LOCALIZADAS NO DISTRITO FEDERAL.			
Subtítulo do Produto:			
Resumo do Produto: O documento apresenta os resultados das oficinas de construção participativa do Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental da APA do Planalto Central, do Parque Nacional de Brasília e da REBIO da Contagem, realizadas com a participação de atores e instituições relevantes no campo de Educação Ambiental no território dessas unidades de conservação.			
Qual Objetivo Primário do Produto?			
Orientar as ações de EA das UCs envolvidas			
Que Problemas o Produto deve Resolver?			
Ausência de integração e visão comum para as ações de EA no território.			
Como se Logrou Resolver os Problemas e Atingir os Objetivos?			
Por meio de um processo participativo de construção de um Projeto Político Pedagógico de EA			
Quais Resultados mais Relevantes?			
Propostas de ação consensuadas e integração de atores e instituições relevantes			
O que se Deve Fazer com o Produto para Potencializar o seu Uso?			
Eleger ações para realizar e voltar a promover encontros entre os atores e instituições para acompanhar e aprofundar o processo de implementação do PPP.			

Direitos autorais de propriedade do □
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
Reprodução terminantemente proibida por qualquer meio de reprografia,
xerox ou outros, sob pena da Lei n. 5.988 de 14 de dezembro de 1973

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
José Sarney Filho – Ministro de Estado
Marcelo Cruz – Secretário Executivo
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL
Edson Duarte – Secretário
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Renata Rosendo Maranhão - Diretora
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
Jorge Hernán Chiriboga Pareja - Representante do IICA no Brasil
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (BRA/IICA/09/005) – EDUCAÇÃO
AMBIENTAL

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2014 □

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional <http://www.iica.int>

Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental da APA do Planalto Central, do Parque Nacional de Brasília e da REBIO da Contagem – Brasília: IICA, 2017

1. Projeto Político Pedagógico de EA 2. Educação Ambiental 3. Unidades de conservação

Brasília, Brasil

APRESENTAÇÃO

O Termo de Referência nº. TR/PF/IICA-6023, do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005, foi aditivado, passando a prever a elaboração e entrega de um quarto documento técnico. O presente produto refere-se a esse quarto documento e apresenta os resultados de duas oficinas participativas para elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília, da APA do Planalto Central e da Reserva Biológica da Contagem, envolvendo a participação de diversos atores e instituições que atuam no citado território.

O PPP está subdividido em Apresentação, Processo de construção do PPP, Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional. Apresenta também um breve resumo executivo, seguido dos anexos: metodologia das oficinas, lista de presença, textos de apoio e planilha de resultados sistematizados.

LISTA DE SIGLA

ADASA	– Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal
AGEFIS	– Agência de Fiscalização do Distrito Federal
APA	– Área de Proteção Ambiental
ASPROESTE	– Associação dos Produtores do Lago Oeste
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	– Cadastro Ambiental Rural
CBC	– Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado
CONDEMA	– Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CODEPLAN	– Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
DEA	– Departamento de Educação Ambiental
DF	– Distrito Federal
EA	– Educação Ambiental
EAD	– Educação a Distância
EEJBB	– Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCEA	– Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental
ESEC-AE	– Estação Ecológica de Águas Emendadas
ETA	– Estação de Tratamento de Água
ETE	– Estação de Tratamento de Esgoto
FRS	– Fundo Social Rural
FUP	– Faculdade UnB Planaltina
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	– Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBRAM	– Instituto Brasília Ambiental
ICMBIO	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFB	– Instituto Federal de Brasília
IFG	– Instituto Federal de Goiás
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISPN	– Instituto Sociedade, População e Natureza
LaPCIS	– Laboratório de Pesquisa de Ciências Sociais
MMA	– Ministério do Meio Ambiente
PAD/DF	– Programa de Assentamento Dirigido do DF
PARNA	– Parque Nacional
PNB	– Parque Nacional de Brasília
PNEA	– Política Nacional de Educação Ambiental
PNRS	– Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PEAAF	– Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
PPP	– Projeto Político Pedagógico
PPPEA	– Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental
RA	– Região Administrativa
REBIO	– Reserva Biológica
SEAGRI	– Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEDEST	– Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
SEMA	– Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF
SLU	– Serviço de Limpeza Urbana
SPU	– Secretaria do Patrimônio da União
UnB	– Universidade de Brasília
TERRACAP	– Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal
UC	– Unidade de Conservação
ZEE	– Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	10
INTRODUÇÃO	11
1. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DESTE PPP DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	16
2. MARCO SITUACIONAL	18
2.1 Desafios, potencialidades e ações em andamento	22
3. MARCO CONCEITUAL	37
3.1 Referências do PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade	37
3.2 Referências do Subprograma de EA do Plano de Manejo da APA do Planalto Central	38
3.3 Referências do Projeto Político Pedagógico do ICMBIO	38
3.4 Resultados dos diálogos sobre o Marco Conceitual na 1ª oficina	39
3.5 Resultados dos diálogos sobre o Marco Conceitual na 2ª oficina	42
4. MARCO OPERACIONAL	45
4.1 Ações Propostas	45
4.2 Matriz de Sinergia	49
RESUMO EXECUTIVO	54
BIBLIOGRAFIA	58
ANEXOS	59

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

APA do Planalto Central
Parque Nacional de Brasília
Reserva Biológica de Contagem

olhos cerrados
abertos
para ver
certos
cerrados
certos
e certos
desertos
errados

(Olhos cerrados,
Nikolas Behr)

A construção deste Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental, foi coordenado por:

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio

Equipe de Coordenação:

Renata Rozendo Maranhão - Departamento de Educação Ambiental/MMA
Ana Luísa Teixeira de Campos - Departamento de Educação Ambiental / MMA
Patrícia Barbosa - Departamento de Educação Ambiental / MMA
Alex Bernal - Departamento de Educação Ambiental / MMA
Verusca Cavalcante - APA-PC / ICMBio
Eduardo Barroso - APA-PC / ICMBio

Instituições representadas nas oficinas de construção do PPP:

SEMA, IBRAM, EMBRAPA, CAESB, ADASA, ASPROESTE, ICMBIO, MMA, EMATER, ASCAR, EMBRAPA Cerrados, SEAGRI, Representante da Comunidade da Serrinha do Paranoá, IFB, IFG, UnB, IBAMA, Administração da RA Lago Norte, Reserva da Biosfera, Secretaria de Educação do DF, IBAMA, SLU, AGEFIS, Escola da Natureza, ESEC-AE, CONTAG, Votorantim Cimentos, Brasília é o Bicho, Instituto Oca do Sol, Projeto Se liga aí, Amigos do Parque Canela de Ema, Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília, APA do Planalto Central, Reserva Biológica da Contagem e Parque Nacional de Brasília.

Metodologia e sistematização:

Sumaya Cristina Dounis

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília, da APA do Planalto Central e da Reserva Biológica de Contagem foi construído no período de julho de 2016 a março de 2017, por meio de um trabalho realizado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), envolvendo a participação de cerca de 35 instituições que atuam direta ou indiretamente no território.

Essa construção se deu em três encontros, nos quais lançamos mão de ferramentas participativas, como Aquário, “Open Space” e diálogo em grupos (anexos 4 e 9), tendo como foco essas três unidades de conservação (UCs), que não possuem uma comunidade específica impactada, mas um mosaico de ocupações e características heterogêneas.

A **APA do Planalto Central** (APA PC) é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, formalmente criada por Decreto em 10 de janeiro de 2002, como resposta ao acelerado crescimento desordenado da região do Distrito Federal, com a finalidade de proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo o patrimônio ambiental e cultural da região.

A APA abrange uma área de 504.160 ha, dos quais 375.480 ha estão no Distrito Federal e 128.680 ha no estado de Goiás. Esses valores correspondem a 65,72% da área do DF e 0,37% do território de GO, compreendendo partes dos municípios goianos de Padre Bernardo e de Planaltina e de 18 regiões administrativas do DF.

Sua área contempla diversos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos do DF e diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado, abrangendo as bacias hidrográficas do rio Paranoá, Maranhão, Samambaia, Descoberto, São Bartolomeu, Preto e Alagado/Ponte Alta. Nela se encontram remanescentes importantes da área “core” do Cerrado no Brasil, incluindo, além dos aspectos da vegetação mais comuns de cerrado *Stricto sensu*, áreas significativas de matas secas, veredas, campos, fundamentais para a conservação do bioma Cerrado.

Um dos principais resultados das dinâmicas socioespaciais desencadeadas nos territórios da APA são as elevadas taxas de crescimento demográfico. Como consequência desse crescimento e da tendência de urbanização verificada nas últimas décadas, ocorre o crescimento e a concentração populacional nos espaços urbanos.

A APA PC possui Plano de Manejo como instrumento de planejamento. Este documento estabelece como um de seus objetivos estratégicos, “desenvolver estrutura para a promoção de educação ambiental na APA do Planalto Central”. Nesse sentido, há previsto no Plano de Manejo o “Programa de Relacionamento com a Sociedade”, voltado ao desenvolvimento de ações e atitudes que visam divulgar a APA, de modo a ampliar a conscientização da população com relação aos aspectos ambientais. As ações de divulgação, educação ambiental e de articulação com as outras instituições que desenvolvem as políticas públicas são realizadas no âmbito deste programa, no qual está inserido o “Subprograma de Educação Ambiental”.

Esse subprograma tem como objetivo a integração da unidade no contexto educacional da região, através do desenvolvimento de ações que visem à conscientização da população local, utilizando-se técnicas pedagógicas que tratam do desenvolvimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental. Buscam-se ainda atitudes que auxiliem na conservação de recursos naturais, transmitindo aos usuários da APA os conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área, através de ações educativas e informativas, com participação efetiva na mudança de postura comunitária, frente aos impactos do uso inadequado do solo, da água e de suas relações com o meio ambiente.

As Ações Prioritárias definidos no “Subprograma de Educação Ambiental” do Plano de Manejo da APA PC são as seguintes:

- Desenvolver programa de educação ambiental;
- Propor projetos de educação ambiental nas escolas da APA;
- Desenvolver e viabilizar matérias para o rádio e a TV sobre a APA;
- Orientar e promover ações de educação ambiental para proteção de fauna e flora;
- Adequar e divulgar guias e manuais com práticas de controle e manejo de espécies exóticas invasoras;
- Disseminar as diretrizes para o uso e ocupação do solo adequados e condizentes com o objetivo da APA;
- Realizar campanhas educativas que tratam do tema (poluição/contaminação dos corpos hídricos e do solo);
- Orientar produtores rurais sobre o uso da água;
- Fazer gestão para esclarecer a população a respeito da importância e aplicação do PDOT e dos Planos Diretores de Planaltina e Padre Bernardo, sobretudo em relação aos limites das áreas rurais e urbanas;
- Verificar a possibilidade de desenvolver um selo verde para estes produtos (da APA

do Planalto Central) que usam técnicas orgânicas;

- Desenvolver ações de educação ambiental;
- Promover ações preventivas mediante divulgação e estreitamento do relacionamento com a sociedade;
- Estabelecer parcerias para programas de educação e extensão ambiental em áreas rurais e urbanas.

O **Parque Nacional de Brasília** (PNB) tem 42.389,01 hectares. Criada em 1961 e expandida em 2006, essa UC surgiu da necessidade de proteger os rios fornecedores de água potável à Capital Federal e de manter a vegetação em estado natural. O reservatório de Santa Maria fica localizado dentro do PNB, abastecendo cerca de 20% da população do DF.

O Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque abrange as regiões administrativas de Brasília-DF, Sobradinho-DF e Brazlândia-DF e o município goiano de Padre Bernardo.

O Parque Nacional de Brasília conta com dois instrumentos de planejamento já elaborados:

- Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, desenvolvido em 1978 pela equipe técnica do Departamento de Parques Nacionais do antigo IBDF. Posteriormente, revisto em 1991 e complementado em 1997.
- Plano de Ação Emergencial (PAE), desenvolvido pelo IBAMA em 1995, para estabelecer ações emergenciais e prioritárias, objetivando a resolução, no prazo de dois anos, de situações críticas existentes, de modo a assegurar a proteção de seus recursos naturais e o manejo da unidade, bem como planejar a proposta de aplicação dos recursos provenientes do PNMA.

No Plano de Manejo do Parque, a exposição de motivos de sua criação cita-o "como instituição educacional destinada a educar o povo nas práticas conservacionistas e servir para preservação de material básico para estudos e pesquisas". Atualmente, as ações de Educação Ambiental são coordenadas pelo Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília (NEA/PNB).

O NEA é norteado por princípios, marco legal, diretrizes, valores e concepção metodológica previstos em seu Plano de Ação. Sua missão é contribuir para a formação de

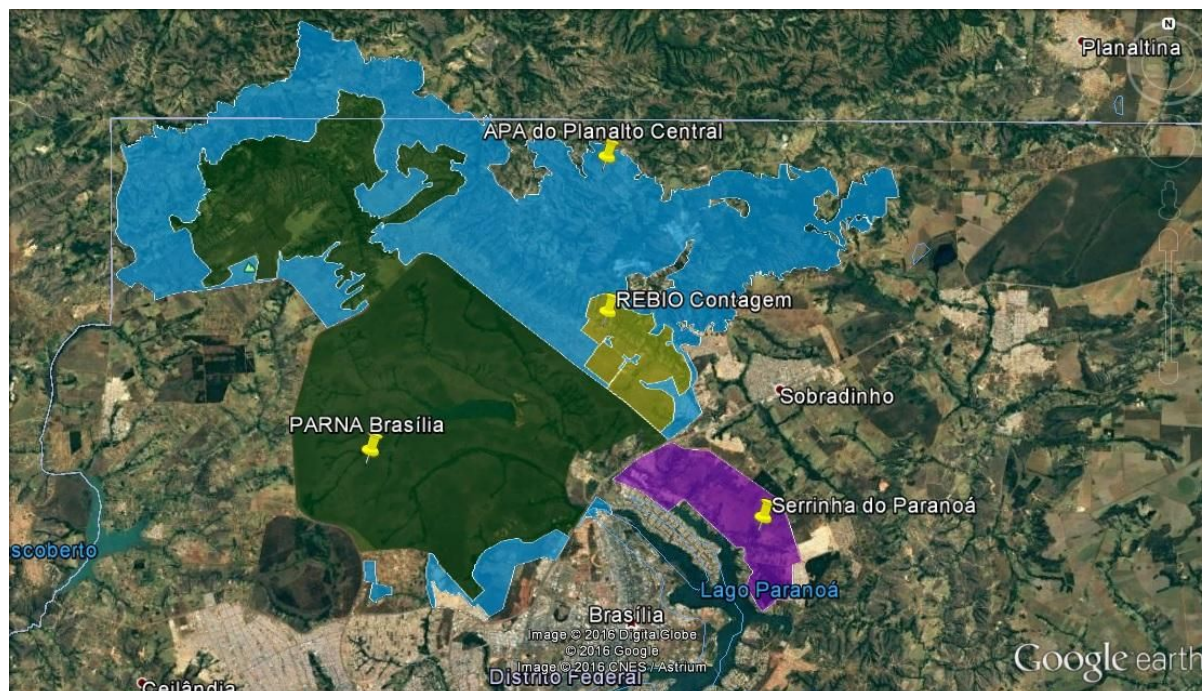
uma consciência socioambiental, comprometida com a ética e os valores humanos na promoção do desenvolvimento de sociedades sustentáveis. Desta forma, o NEA desenvolve suas ações mediante um planejamento anual contido em seu Programa de Educação Ambiental (PEA), contando com a estrutura de um Centro de Educação Ambiental (CEA), que funciona também como Centro de Visitantes (CV), que abriga eventos das diversas instituições ambientais, recebe diariamente escolas, professores/alunos e visitantes do Parque.

Entre as ações desenvolvidas pelo NEA atualmente estão o Curso de Educação Ambiental aos Educadores/Reeditores, o Curso de Formação Socioambiental para Ilícitos Ambientais e Urbanísticos, o projeto Leitura e Percepção Ambiental pelas Trilhas do Parque, a ação “O Parque Vai a Sua Escola”, a ação de Educação Ambiental como Instrumento de Prevenção aos Incêndios Florestais e Técnicas Alternativas ao Uso do Fogo para o entorno da UC, além de ações de Educação Ambiental aos Usuários do Parque e o atendimento às escolas e visitantes ao CEA, entre outros.

A **Reserva Biológica de Contagem** (REBIO de Contagem) tem 3.426,15 hectares e foi criada no ano de 2002 com o objetivo de assegurar a preservação do equilíbrio natural da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais. Na REBIO existem 2 (duas) fontes de captação de água que abastecem a população do DF. A REBIO de Contagem atualmente não conta com instrumentos de planejamento e está sob gestão do Parque Nacional de Brasília.

Neste momento inicial de construção do PPP, optou-se por definir áreas prioritárias de atuação, consideradas mais ameaçadas, tendo em vista também a reduzida equipe à frente da ação. A perspectiva é de que este PPP de Educação Ambiental se constitua como um processo vivo, que poderá ser trabalhado, revisto e ampliado em outras etapas futuras. As áreas prioritárias estão indicadas no mapa a seguir.

IMAGEM 1 - Território selecionado para a primeira etapa do PPP



Embora criadas em períodos diferentes, essas UCs possuem objetivos próximos, especialmente no que concerne a conservação dos recursos hídricos e ao controle da expansão de condomínios e subdivisão de chácaras. Ou seja, uso de recursos hídricos e ocupação de solo são preocupações que unem essas três UCs.

Dentro do ICMBio, das 326 UCs, essa é a terceira iniciativa de construção participativa de PPP de Educação Ambiental. As UCs amazônicas, que desenvolveram os projetos piloto nesse campo, possuem perfil muito distinto, pois envolvem comunidades isoladas, enquanto neste caso estamos trabalhando sobre um território que envolve o DF e entorno, com características socioeconômicas e ambientais heterogêneas.

Como resultado final espera-se um produto que unifique as ações existentes e oriente a atuação dos vários atores e instituições com base em uma visão comum. É uma oportunidade de mapear tudo o que já é realizado para que seja possível articular e potencializar as iniciativas em andamento. A visão é a de que a APA do Planalto Central possa atuar como articuladora institucional e catalisadora dessas ações. A ideia é usar espaços já existentes para unir as instituições e ações de EA e não criar novos grupos de trabalho.

1. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DESTE PPP DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Um Projeto Político Pedagógico - PPP, de acordo com o Guia Metodológico de Oficina do PEAAF, deve servir como um instrumento de planejamento participativo. Ele se difere dos demais instrumentos de planejamento, por ser “voltado para a dimensão educativa, ou seja, **é usado para planejar as esferas ligadas ao ensino-aprendizagem na educação formal ou não-formal**” (PADILHA, 2002 *apud* MMA, 2015, p.11).

O PPP é político por ter um sentido de formação em direção a uma determinada concepção de sociedade e se “constitui como um compromisso definido coletivamente de direção para o futuro” (VEIGA, 1995, *apud* MMA, 2015, p.11). Quanto às dimensões lógicas, o PPP é estruturado em três eixos principais: conceitual, situacional e operacional.

A discussão conceitual sobre Educação Ambiental irá orientar todo o processo, por meio do estabelecimento dos **princípios, diretrizes e objetivos a serem alcançados por meio da educação ambiental**, reforçando desejos em relação ao futuro sobre como se quer caminhar e onde se quer chegar. Nesse ponto a dimensão política é essencial, pois se trata basicamente de discutir qual concepção de educação ambiental será desenvolvida e como esta abrirá a perspectiva de um novo projeto societário.

O **marco situacional** é construído com base em processos dialógicos que abordam características, história, problemas, necessidades e potencialidades. O objetivo é compreender o contexto do território, reconhecer suas especificidades e identificar as problemáticas que devem ser considerados ao propor as ações que comporão o Marco Operacional.

O **Marco Operacional** traça as ações que precisam ser executadas, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos, para se alcançar os objetivos definidos nos diálogos anteriores.

Cada um dos três encontros realizados durante o processo de construção deste PPP teve como foco a construção de um Marco. Foram identificadas mais de 100 (cem) ações e cerca de 40 (quarenta) atores com atuação direta ou indireta em atividades de cunho ambiental relacionadas aos principais desafios apontados como os mais significativos do território. Um dos resultados mais imediatos do processo foi os participantes perceberem-se como parte de um grupo com objetivos comuns.

As imagens a seguir ilustram alguns momentos dos encontros de construção do PPP:

IMAGEM 2 - momento da 3ª oficina de construção do PPP de Educação Ambiental



IMAGEM 3 - momento da 3ª oficina de construção do PPP de Educação Ambiental



IMAGEM 4 - momento da 2ª oficina de construção do PPP de Educação Ambiental



2. MARCO SITUACIONAL

O processo de construção do Marco Situacional tem como objetivo fazer um reconhecimento de características, história, problemas, necessidades e potencialidades do território para que as ações que venham a ser propostas estejam ancoradas na realidade local.

A APA-PC, conforme descrito em seu Plano de Manejo, está inserida em um território de relevante interesse nacional e regional. Além de abrigar a Capital Federal, estão localizadas na APA PC as nascentes de vários cursos d'água formadores de três grandes bacias hidrográficas do país – São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraná.

Como mencionado anteriormente, a área abrangida pela APA-PC soma 504.160 ha. Desses, 375.480 ha estão no Distrito Federal e 128.680 ha no estado de Goiás. Esses valores correspondem a 65,72% da área do DF e 0,37% do território de GO, compreendendo partes dos municípios de Padre Bernardo e de Planaltina e de 18 regiões administrativas.

É importante destacar que essa área de proteção contempla diversos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos do DF e diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado, abrangendo as bacias hidrográficas do lago Paranoá, Maranhão, Samambaia, Descoberto, São Bartolomeu, Rio Preto e Alagado/Ponte Alta.

Os levantamentos constantes no diagnóstico do Plano de Manejo estimaram que 52,6% da área da APA-PC, em 2009, encontravam-se cobertas pelos diferentes tipos fitofisionômicos de vegetação de Cerrado. Além disso, a APA do Planalto Central protege diferentes tipos de solos, alguns deles são caracterizados como frágeis. Esses solos são importantes também para a conservação da qualidade e da quantidade de água dos mananciais.

Destaca-se o fato de que a APA-PC está inserida em uma das regiões oficialmente declaradas como prioritárias para conservação da biodiversidade no bioma Cerrado, segundo o Ministério do Meio Ambiente e abrange também áreas que compõem a Reserva da Biosfera do Cerrado.

Quanto ao Parque Nacional de Brasília-PNB, conforme descrito em seu Plano de Manejo, sua área de influência abrange pouco mais de 1/3 (um terço) da área territorial do Distrito Federal e a maior parte de sua área urbana. Estende-se desde a fronteira noroeste

do Distrito Federal com Goiás até sua fronteira sudoeste, excetuando-se uma pequena área do médio curso do rio Descoberto.

Ao norte, nordeste e noroeste, a área de influência do PNB confronta, até a fronteira goiana, com a APA de Cafuringa, região bem conservada e pouco habitada. Em seu oeste imediato abrange, até a fronteira do Estado de Goiás, a APA do Rio Descoberto, além dos formadores mais altos do rio de mesmo nome.

Já a sudoeste é constituída por regiões altamente urbanizadas e problemáticas de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria. E ao sul e sudeste a área de influência regional comporta a cidade de Brasília, os bairros do Lago Paranoá, do Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Park Way. Nessas direções, no extremo da área delimitada, confronta-se com as áreas de preservação ambiental de Capetinga, Taquara, IBGE, Cabeça de Veado e do Jardim Botânico. Finalmente, a leste, confronta-se com a cidade de Sobradinho e as escarpas da chapada da Contagem, onde reencontra a APA de Cafuringa.

Considerando a área de influência descrita acima, é possível perceber a heterogeneidade do território. É importante destacar que o parque protege ecossistemas típicos do Cerrado do Planalto Central e abriga as bacias dos córregos formadores da represa Santa Maria, que é responsável pelo fornecimento de 25% da água potável que abastece a Capital Federal.

Diversos tipos de vegetação compõem essa Unidade de Conservação e a fauna é abundante e diversificada, composta por espécies raras ou ameaçadas de extinção. O parque é também uma das principais opções da região para se conhecer os valores naturais do Cerrado e realizar práticas recreativas.

A REBIO da Contagem foi criada com o objetivo de preservar os remanescentes de cerrado e os recursos hídricos que ocorrem no topo e encostas da Chapada da Contagem. Localiza-se ao norte do Distrito Federal, limitando-se ao sul com a rodovia DF 001 e o Parque Nacional de Brasília, à oeste com o Núcleo Rural Lago Oeste, à leste com os condomínios do Setor Habitacional Grande Colorado e Região Administrativa de Sobradinho II, e ao norte com a rodovia DF 150 (WWF, 2017).

Abrange uma área de 3.460 hectares, situada entre as Bacias Hidrográficas do Maranhão (Região Hidrográfica Tocantins/Araguaia) e do São Bartolomeu (Região Hidrográfica Paraná). Para a região da Chapada da Contagem, onde ocorre um acelerado

processo de ocupação do solo, a REBIO representa a possibilidade de preservação de significativa área de cerrado, onde ocorrem espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, bem como dos mananciais hídricos fundamentais ao abastecimento público no Distrito Federal (WWF, 2017).

A Reserva propicia a formação de um corredor ecológico entre o Parque Nacional de Brasília e a Bacia do Rio Maranhão, garantindo a ligação desta unidade de conservação com a bacia amazônica. Além disso, também possui um valor cultural, pois abriga um sítio histórico, ainda não localizado, conhecido como Contagem de São João das Três Barras - estabelecimento fiscal da coroa portuguesa, instalado no local em 1736, no qual convergia o fluxo das minas de Tocantins e Goiás com destino a Minas Gerais (WWF, 2017).

Buscando compreender o contexto atual do território abrangido por essas três UCs caracterizadas acima, durante os encontros de construção deste PPP, as questões que guiaram o diálogo entre os participantes sobre o Marco Situacional foram as seguintes:

1. Quais as potencialidades do território do ponto de vista socioambiental?
2. Quais os conflitos, problemas, desafios socioambientais identificamos no território e quais suas respectivas causas?
3. Há ações e/ou projetos de cunho ambiental, como, por exemplo, de agricultura familiar, de gestão da água, de gestão de resíduos, educação socioambiental ou outros? Quais as instituições ou atores à frente dessas ações ou projetos?

Guiados por essas questões e estimulados por metodologias participativas, os atores presentes identificaram inúmeros desafios, potencialidades e ações, possibilitando um desenho substancial do contexto atual território.

Os itens que se seguem foram extraídos de falas dos participantes na primeira oficina de construção deste PPP e apontam os principais desafios de educação ambiental no território:

Quando falamos da APA do Planalto Central, Parque Nacional e Reserva Biológica da Contagem, estamos falando de um recorte territorial que existe e no qual vivemos. Mesmo que estejamos no Plano Piloto, em área urbana, precisamos que todo este recorte seja visto pelos governos.

Como grandes desafios para as políticas de EA, podemos falar do aumento

constante da população na região, e com ele o crescimento da pressão ambiental. Extrapolamos muito a expectativa e as consequências são vistas hoje por meio de rios poluídos, poluição de aquíferos, invasão de espaço de infiltração da água, diminuição drástica da fitofisionomia do Cerrado. Quase não se vê mais cerrado *stricto sensu*, que ocorre em área plana (a mais visada para construção de civil e cultivo agrícola). Há ainda prédios e até bairros construídos sobre região de nascentes (como é o caso de Águas Claras).

Outro exemplo a se atentar é a susceptibilidade da lagoa de Santa Maria, responsável pela água captada para 70-80% do Plano Piloto. O que acontece na periferia dessas 3 UCs tem risco de afetar a água oferecida para a população.

Para além destes fatos, cita-se a grande ocorrência de caça e tráfico de animais silvestres no entorno das UCs; cães que entram no parque, formam matilhas e acumam a fauna; incêndios criminosos.

Em termos de ocupação urbana: invasões; lixão; ocupação do Lago Oeste no entorno do parque nacional; parcelamento irregular de solo; chácaras que se transformam em pequenos bairros, gerando impactos, menos absorção de água, perdas de fauna e flora; encurtamento dos corredores ecológicos. As áreas irregulares não são abarcadas por muitos serviços públicos, como limpeza urbana, o que só agrava a situação.

Há também regiões, como a Fercal, ameaçadas pelas atividades de mineração, fábricas de brita, cimento e calcário. A população ligada a estas fábricas conduz um crescimento desordenado, criando vias de acesso em direção a chapada da Contagem e criando loteamentos aleatórios. A mineração precede os condomínios.

Em meio a tantos desafios destaca-se a **água como tema nevrálgico dessas UCs** e os conflitos relacionados a ela. A própria REBIO com menos hectares, tem dois pontos de captação da Caesb. Na APA, o entorno de 82 nascentes é alvo de especulação imobiliária, gerando riscos iminentes à biodiversidade.

É importante também dar destaque à região do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF¹ (Br-251, Km-07) onde existem cerca de 300 a 400 pivôs

¹ O PAD/DF foi um programa concebido e implantado pelo Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura e Produção, com início em 1977, visando incorporar ao processo produtivo áreas rurais do Distrito Federal, até então inteiramente inexploradas. O Programa abrangeu uma área de 61.000 hectares, entre áreas distribuídas para o plantio de cereais, cultivo de hortifrutigranjeiros, bovinocultura, avicultura, através de assentamento de produtores em áreas isoladas, núcleos rurais, colônias agrícolas e agrovilas.

centrais de irrigação, foco de consumo hídrico e de uso abusivo de defensivos agrícolas.

2.1 Desafios, potencialidades e ações em andamento

O diálogo sobre o contexto do território seguiu durante a segunda oficina. A partir da análise e sistematização dos resultados dos diálogos realizados, foi possível destacar 11 (onze) desafios principais, aos quais foram relacionadas às potencialidades² e ações identificadas³, conforme a seguir:

A. Resíduos sólidos [proximidade do lixão; pressão da visitação; pressão antrópica]

O desafio da gestão dos resíduos sólidos é significativo. Existe no entorno do Parque o Lixão da Estrutural, onde diariamente é depositado cerca de 9 (nove) toneladas de lixo. O Lixão, tecnicamente chamado de Aterro Controlado do Jóquei, foi iniciado na década de 60, em uma área entre o Plano Piloto e a Ceilândia - na Vila Estrutural, fixada às margens da DF-095 - e é um dos maiores da América Latina, representando atualmente grave problema ambiental e séria ameaça ao Parque Nacional de Brasília. Outra questão é que a coleta seletiva ainda não está em funcionamento pleno no território.

Entre as potencialidades identificadas no que concerne a esse desafio, estão a usina de compostagem do PSUL que é a maior da América Latina. Essa usina produz composto para agricultura que é um enriquecedor de solo. Além disso, há nas escolas, trabalho de EA com compostagem desenvolvido pelo SLU. O Lixão está em processo de desativação, o que levará em torno de um ano e meio até transição plena para o novo aterro sanitário de Brasília, localizado em Samambaia.

As técnicas utilizadas nesse novo aterro, como impermeabilização do solo, sistema de drenagem e compactação diária, asseguram proteção ao meio ambiente e correto tratamento dos resíduos, evitando a contaminação de áreas vizinhas e a proliferação de animais, como roedores e urubus. Esse aterro receberá somente rejeitos, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o que também minimizará os impactos ambientais. Quanto a coleta seletiva, de acordo com o SLU, há a previsão de um processo de aprimoramento.

² Considerou-se como potencialidade estruturas ou condições favoráveis ao enfrentamento do desafio em questão. Por exemplo, a existência de escolas no local representa um espaço para realizar atividades de EA.

³ Diversas das ações listadas nos Quadros de “Potencialidades, instituições, atores e ações” apresentam detalhamento no anexo 6 deste documento.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 1 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados a Resíduos Sólidos

DESAFIO	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Resíduos sólidos [proximidade do lixão; pressão da visitação; pressão antrópica]	Coleta Seletiva, Compostagem, PNRS		
	Envolvimento de escolas e professores [capilaridade, alcance, parcerias]		
	Usina Compostagem / PSUL		
	Ações relacionadas em andamento	SLU e SEDEST	Agentes de Cidadania Ambiental - capacitação e orientação com catadores
		SLU	Reciclagem Nota Dez - Educação Ambiental nas escolas
			Museu da limpeza Urbana (Ceilândia)
			EA para coleta seletiva - Aterro Sanitário
		DEA/MMA	Curso sobre gestão de resíduos sólidos
		Embrapa	Embrapa agroenergia; Embrapa Escola
		ADASA	ADASA móvel nas Regiões Administrativas (van adaptada para armazenar e distribuir informações, treinamento e educação sobre as atividades desempenhadas pela ADASA).
		IFB	Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Campus e Reitoria.
Projetos de pesquisa: Estudo de geração de resíduos sólidos no campus Planaltina; Análise ambiental e geotécnica de área destinada ao aterro sanitário do DF (Samambaia).			
UNB FUPlanaltina	Projeto Bio Gama (Projeto que ensina a comunidade a reutilizar óleo de cozinha)		
	Coleta seletiva na FUP - EA dentro da FUP		

B. Pressão imobiliária nas UCs e entorno [Parcelamento de terra, invasão de

Áreas Protegidas, regularização fundiária e desordenamento territorial]

Em relação à questão da pressão imobiliária, identificou-se o engajamento significativo da sociedade em prol da regularização fundiária na região da Serrinha do Paranoá. Participantes informaram da ocorrência da expansão urbana irregular na Serrinha do Paranoá e que na perspectiva dos moradores da região não observa-se a visão do GDF sobre a necessidade de realizar ações para conter essa expansão.

Uma potencialidade neste caso é a audiência pública do Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE que será conduzido pela SEMA. No mapa do ZEE é possível visualizar os riscos mais significativos das áreas. Segundo citou um participante, há, na região de Sobradinho, previsões de expansão de atividades industriais, a exemplo da Votorantim.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 2 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados à Pressão Imobiliária nas UCs

DESAFIO	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Pressão imobiliária nas UCs e entorno [Parcelamento de terra, invasão de Áreas Protegidas, regularização fundiária e desordenamento territorial]	Projetos de Urbanização com apoio do BID - ex: Estrutural (obras e melhorias na gestão de recursos hídricos, resíduos sólidos e urbanização - empréstimo de US\$ 100 milhões ao GDF).		
	Licenciamento ambiental		
	Ações relacionadas em andamento	Conselho Rural (Núcleo Rural Urubu)	Regularização Fundiária e Educação Ambiental
		IBRAM	Revitalização do Parque da Estrutural
		AGEFIS	AGEFIS nas Escolas (Projeto de Educação Patrimonial e Ambiental no 4º ano do ensino fundamental I, nas escolas da rede pública do DF)
ESEC-AE/		Construindo termo de referência	

		IBRAM / ADASA	para contratar estudo para rever a zona de amortecimento.
		SEMA	Audiência Pública: Zoneamento Ecológico Econômico

C. Incêndios [Prevenção e combate ao fogo]

A problemática do fogo foi apontada como um desafio de grande relevância. É preciso implementar um plano para enfrentamento desse problema na área rural, especialmente nos locais com concentração de nascentes. O representante da Secretaria de Meio Ambiente do DF enfatizou a importância do apoio do ICMBIO no enfrentamento deste desafio.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 3 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio de Prevenção e Combate ao Fogo

DESAFIO	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES	
Incêndios [Prevenção e combate ao fogo]	Envolvimento de escolas e professores [capilaridade, alcance, parcerias]			
	Polo de ecovilas da Cafuringa (membros das ecovilas atuam informalmente no combate aos incêndios florestais da região; são áreas potenciais para ação de EA)			
	Ações relacionadas em andamento		REBIO e PARNA	Formação de brigadas de incêndio
			PNB e REBIO	Atividade de sensibilização
			Jardim Botânico de Brasília	Brigada, oficinas, cursos e aceiros
			Comunidade da Serrinha do Paranoá e Brigada de Incêndio	Projeto Águas (Mapeamento de nascentes, recuperação de nascentes e mata ciliar)

D. Recursos Hídricos [Impacto sobre os recursos hídricos e crise hídrica no DF]

No que concerne ao desafio da gestão dos Recursos Hídricos, há uma mobilização significativa nos Núcleos Rurais Córrego do Urubu, Jerivá e Palha. Existe uma boa comunicação entre moradores em torno do tema, incluindo grupo de *whatsapp*. Há ainda projetos de mapeamento de nascentes e nova iniciativa de criação de trilhas, impulsionada pelo Instituto Oca do Sol. Está em curso um processo de diagnóstico de nascentes conduzido por um grupo mobilizado da comunidade da região.

Há muitas nascentes da REBIO da Contagem e região da Fercal. Nesta região também há mobilização da comunidade em ações, questões políticas e socioambientais. Recentemente foi realizado um diagnóstico ambiental. Na Virada do Cerrado houve uma significativa participação da comunidade da Fercal, sendo este envolvimento e compromisso considerados uma grande potencialidade da região.

Com a crise hídrica no DF, o tema tem recebido mais atenção e isso deve ser aproveitado. No que diz respeito ao envolvimento das escolas, a Casa Civil tem um plano de enfrentamento envolvendo vários órgãos, como ADASA, CAESB, etc. Esse Plano está sendo socializado com um representante por escola, em todo o DF, abrangendo também as escolas da APA. A CAESB e a ADASA não conseguem atender todas as escolas que solicitam palestras sobre a crise hídrica, por isso, é importante o envolvimento de um representante escolar.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 4 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio de gestão de Recursos Hídricos

DESAFIO	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Recursos Hídricos [Impacto sobre os recursos hídricos e crise hídrica no DF]	Envolvimento de escolas e professores [capilaridade, alcance, parcerias]		
	Polo de ecovilas da Cafuringa		
	Movimento da agricultura orgânica/agroflorestas		
	Áreas de captação de água como pontos focais para ação governamental		
	Atenção das instituições à crise hídrica		

Ações relacionadas em andamento	CAESB	Programa de Educação Ambiental no Paranoá
		CAESB Aberta (A CAESB recebe em suas ETA e ETE visitas de estudantes, técnicos e sociedade).
		Rede de Educadores da Água
	Jardim Botânico de Brasília	Monitoramento de captação de Água na EEJBB (CAESB); atendimento às escolas; trilha das águas
	Comunidade da Serrinha do Paranoá e Brigada de Incêndio	Projeto Águas (Mapeamento de nascentes, recuperação de nascentes e mata ciliar)
	SEMA	Pacto pelo Descoberto
		Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF)
		Centro de Referência Água e Transdisciplinaridade - CIRAT (espaço físico e virtual de investigação e pesquisa sobre a água em uma perspectiva transdisciplinar).
		Cultivando Água Boa - parceria com ITAIPU e CIRAT (rede de proteção dos recursos hídricos com foco no enfrentamento das mudanças climáticas).
	ADASA	ADASA na Escola (educação ambiental hídrica e sanitária nas escolas do Distrito Federal, por meio de palestras e recursos didáticos)
		ADASA móvel (van adaptada para armazenar e distribuir informações, treinamento e educação sobre as atividades desempenhadas pela ADASA).
		PSA Pipiripau (Produtor de água - Pagamento por Serviços Ambientais)
		Projeto Águas Emendadas - parceria com IBRAM (revisão de plano de manejo, educação ambiental, gestão de recursos hídricos e prevenção e combate a incêndios).

			Projeto do ribeirão Sobradinho (diagnosticar, apresentar soluções e realizar ações visando à recuperação ambiental).
--	--	--	--

E. Prevenção e combate à caça e pesca ilegais nas UCs [Fiscalização]

A necessidade de prevenção e combate à caça e a pesca ilegais foi citada como um desafio no território, no entanto esse tema recebeu poucas contribuições dos participantes - provavelmente devido ao perfil das instituições representadas, de modo que foram identificadas apenas alguns itens relacionados às potencialidades e ações, conforme apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 5 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio de prevenção e combate à caça e pesca ilegais

DESAFIOS	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Prevenção e combate à caça e pesca ilegais nas UCs [Fiscalização]	Polo de ecovilas da Cafuringa (espaço potencial para atividades de EA e parcerias)		
	Ações relacionadas em andamento	PNB, APA, REBIO Contagem	Plano de Proteção e fiscalização integrada PNB, APA e REBIO Contagem
		Jardim Botânico de Brasília	Equipe de fiscalização diária na Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília

F. Visitação de áreas naturais de forma irregular/inapropriada

A visitação de áreas naturais de forma irregular e/ou inapropriada foi um desafio enfatizado nos diálogos. Ao lado desse desafio, figurou a potencialidade para o turismo ecológico e patrimonial na região. Na REBIO há intensa visitação de turistas para banho de cachoeira, mas é preciso considerar sua categoria que não permite essa atividade. Por outro lado, a APA da Cafuringa poderia se desenvolver como uma área importante de ecoturismo organizada.

Há levantamentos de sítios arqueológicos dentro do território. Há também fazendas coloniais. Nesse sentido um grande potencial seria realizar turismo histórico e patrimonial com base na história anterior à construção de Brasília. Em Sobradinho, temos a área da

Contagem com estradas coloniais e sítios de 4 a 7 mil anos. Entender a vida humana e a convivência com este ambiente é fundamental. Assim, o potencial para a educação envolvendo turismo também é significativa e pode gerar valor para as comunidades presentes na região.

Segundo um dos participantes, há vestígios de civilizações antigas no território e é importante preservar isso. Nesse sentido, está sendo formalizando um projeto para escolas – saídas escolares –, baseado no modelo francês, em que os estudantes passam um dia em comunidades rurais para entender como é a vida fora da região urbana.

Foi apontado que desde 2011, há a tentativa de recategorizar a REBIO, transformando-a em Parque. Se isso acontecer, abrem-se mais possibilidades em termos turísticos. Atualmente, há muitas visitas irregulares que poderiam gerar valor de forma regular. Outra ação relacionada à questão da recategorização envolve a avaliação de outras áreas sensíveis ambientalmente e que estão renegadas: áreas de Mata Seca e Cerradão – fitofisionomias mais raras, sendo que Mata Seca que aparece apenas em área com calcário. Diversas pesquisas estão em andamento na região e apontam riqueza de biodiversidade, inclusive presença de onça pintada.

Foi sugerida na 2ª oficina a possibilidade de buscar o SEBRAE como parceiro para desenvolver o turismo de forma apropriada no território.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 6 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio da Visitação de áreas naturais de forma irregular e/ou inapropriada

DESAFIOS	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Visitação de áreas naturais de forma irregular/inapropriada	Turismo (Paisagens, Morro da Pedreira, trilhas do PARNA e na Serrinha do Paranoá, sítios arqueológicos, esportes, circuito de cachoeiras de Mumunhas no Grande Colorado, parques, Vale do Amanhecer, pedra fundamental, estrada imperial)		
	Turismo histórico e patrimonial		
	Turismo rural e ecoturismo - sítios arqueológicos e		

	esportes (organizar, regulamentar e direcionar)		
	Criação de trilhas em meio virtual (ESEC-AE)		
	Ecoturismo na Chapada Imperial, Poço Azul, Terra Viva e Instituto Teosófico		
	Trilhas realizadas por ciclistas		
	Ações relacionadas em andamento	Embrapa Cerrados	Trilha da Coruja (Trilha interpretativa de ambientes naturais do Cerrado.)
		Comunidade da Serrinha do Paranoá	Visitação de trilhas e identificação da vegetação
		Jardim Botânico de Brasília	Trilha Virtual do Jardim Botânico
		Secretaria de Educação	Política de Educação Patrimonial - Portaria nº 265, de 06/08/16
		Oca do Sol	Trilha Ecológica na Serrinha do Paranoá

G. Assistência Técnica Rural atuar dentro de UCs e entorno

A questão da assistência técnica rural dentro das UCs de proteção integral tem gerado entendimentos conflitantes. A EMATER tem entendido que, como a ocupação e produção dentro destas UCs não são regulares, o serviço de assistência técnica rural não pode ser prestado. Por outro lado, a falta de orientação dos produtores pode gerar mais degradação ambiental.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 7 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio da Assistência Técnica Rural atuar dentro de UCs e entorno

DESAFIOS	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Assistência Técnica Rural atuar dentro de UCs e entorno	Assistência Técnica e extensão rural (EMATER, EMBRAPA, UNB, IFB, ADASA, CAESB)		
	Polo de ecovilas da Cafuringa		
	Movimento da agricultura orgânica/agroflorestas		
	Extratativismo (fins econômicos - cosméticos e medicina; gastronomia e alimentação, plantas ornamentais)		

	Ações relacionadas em andamento	Embrapa	Embrapa Escola
		DEA/MMA	Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF)
		Sítio Gerânio	Educação ambiental - Agroecologia
		Instituto ISSA (André Micoles e Renata Masson)	Pesquisa de Mudanças Climáticas e Permacultura
		Serrinha do Paranoá	Formação de banco de dados: Fundo Rural Social (FRS); cadastramento; formações
		ASPROESTE (Ass. de Produtores do Lago Oeste)	Trabalho junto aos moradores e produtores
		IFB	Cursos de extensão: Plantio de horta e sistema agroflorestal (em Samambaia); Horta orgânica inclusiva (em São Sebastião); Agroecologia com enfoque participativo; Sala verde; produção animal alternativa para agricultores; Análise das políticas públicas de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar; Ecobrindes e Móveis Sustentáveis; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do campus Samambaia.
		IFB	Projetos de Pesquisa: Análise do enriquecimento de <i>Eucalyptus</i> por meio de sistema agroflorestal (técnica para transição agroecológica); compostagem de resíduos orgânicos rurais; construção de composteira caseira para tratamento de resíduos orgânicos <i>in situ</i> .
		Central do Cerrado	Projetos de Capacitação
		SEAGRI	Cursos oferecidos na Granja Modelo do Ipê
UnB Planaltina	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Sustentável		

H. Desmatamento [em especial no Ribeirão Sobradinho e DF-345]

O desmatamento é intenso no território, sendo que algumas áreas ainda estão relativamente preservadas, mas em outras como é o caso das margens da BR 345 e do ribeirão Sobradinho, há muita degradação.

É importante considerar que a região é riquíssima em produtos do Cerrado, como

resinas, sementes e frutos. Nesse sentido, segundo os participantes, poderia haver incentivo ao extrativismo controlado como estímulo à preservação. Também é importante mapear as áreas prioritárias de conservação para uso de recurso de compensação florestal – integrada ao CAR. Para isso, pode-se buscar parcerias com o Serviço Florestal Brasileiro e a Aliança do Cerrado.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 8 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio Desmatamento.

DESAFIO	POTENCIALIDADE	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Desmatamento [em especial no ribeirão Sobradinho e DF-345]	Viveiros e bosques institucionais (ex: viveiro do Senado e viveiro do Lago Norte)		
	SEAGRI - produção de mudas nativas para reflorestamento (recursos e mão-de-obra)		
	Ações relacionadas em andamento	CBC/ICMBio (Jardim Botânico)	Recuperação de Áreas
		Embrapa Escola, Embrapa Cerrados, Embrapa Cenargen	Pesquisa com restauração ecológica, frutíferas nativas, fauna entomológica, recursos hídricos e demais pesquisas
		SEAGRI	Programa Reflorestar no Descoberto, Programa Produtor de Água no Pipiripau
		ADASA	Licitando estudo ambiental na região do ribeirão Sobradinho
		PNB	Curso de restauração de áreas (também usado para Educação Ambiental)
		ADASA	Projeto Descoberto Coberto (Plantio de mudas na orla do lago do Descoberto).
IBRAM e Votorantim	Refúgio da Vida Silvestre		

I. Envolvimento da Educação Formal, de empresas e da comunidade

As escolas são espaços importantes para desenvolver a Educação Ambiental no território, especialmente em vista do potencial de capilaridade. Uma sugestão, dada por um

dos participantes da 2ª oficina, é incentivar ações para levar os alunos para visitar sistemas agroflorestais, relacionando com o consumo saudável. Isso também pode gerar valorização dos produtores.

No Parque Nacional de Brasília há formações continuadas de professores há 18 anos. O entendimento é que o melhor caminho é construir processos educativos em parceria com escolas para que incluam em seus PPPs as ações de EA. É importante considerar que são poucas as escolas rurais, a maioria é urbana.

No PNB há também um curso de formação voltado para as potencialidades do Parque e a tentativa de estender às escolas para que coloquem em seus PPPs estes temas. Para as escolas que já são parceiras há um projeto complementar que possibilita que os professores possam trazer os alunos, recebendo transporte e lanche. Esse processo acontece por meio de uma parceria afinada com a Secretaria de Educação. Mas ocorre uma transitoriedade na direção das escolas e secretarias, o que gera dificuldades em fazer parcerias mais orgânicas.

Há ainda outras ações como o viveiro da estrutural e projetos com foco em nascentes em escolas na região do Paranoá. É importante uma interação entre diversos órgãos para que essas ações se mantenham e sejam fortalecidas. Pelo menos 45 escolas em algum momento participaram de atividades de EA realizadas na ESEC-AE. Além disto, há 10 parques urbanos na região. Isso representa um grande potencial.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 9 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio do envolvimento da educação formal, de empresas e da comunidade

DESAFIOS	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Envolvimento da Educação Formal, de empresas e da comunidade	Empatia em relação a algumas UCs (ESEC-AE)		
	Reserva da Biosfera do Cerrado (UNESCO) ⁴		
	Ações relacionadas em andamento	Escola da Árvore (Núcleo Rural Jerivá)	Educação infantil e Educação Ambiental
		Secretaria de Educação do DF	Política de Educação Ambiental Política de Educação Patrimonial

⁴ Reserva da Biosfera (RB) é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais. As RBs São reconhecidas pelo Programa "O Homem e a Biosfera (MAB)" da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/instrumentos-de-gestao/reserva-da-biosfera>

			(Portaria 265 de 06/08/2016)
		Ateliê Angico (Mangala) (Núcleo Rural Urubu)	Educação Artística e Educação Ambiental
		Votorantim	Programa de Educação Ambiental
		UnB (Irineu Tamaio)	Pesquisa científica sobre mudanças climáticas. (Como a EA atua nessa agenda)
		IBRAM e Secretaria de Educação	Formação de Professores: Reeditor ambiental
		UnB FUPlanaltina	Extensão no Parque Sucupira
		Casa de Aprender	Educação Ambiental nas Escolas
		PNB	Curso de EA para professores
			Leitura no Parque (escolas parceiras fazem evento de contação de histórias)
			Projetos específicos com instituições educacionais e assistenciais
			Curso socioambiental para ilícitos ambientais
		PNB e REBIO	Atividade de sensibilização (prevenção e combate de incêndios)
			Atividade de sensibilização (agendamento de escolas e universidades para visitas ao PNB)
		REBIO - Instituto Céu Luz	Vivências socioambientais
		REBIO	Curso de formação (palestra sobre meio ambiente e vivências)
		IBRAM	Programa de Educação Ambiental e Plano de Manejo do Morro da Pedreira
		UnB FUPlanaltina	Produção acadêmica voltada para a comunidade (TCC, mestrado)
		SEMA	Educação Ambiental em UCs Distritais
			Virada do Cerrado (Atividades continuadas de EA para preservação e proteção do Cerrado)
		IFB - Campus Planaltina	Curso Agroecologia e outros cursos de EA
		UnB Campus Darcy Ribeiro	Comitê estudantil pelo Meio Ambiente (CEMA)
		PNB (CBC/ICMBIO)	Educação Ambiental na recuperação de áreas no PNB.
		ESEC-AE	Reeditor Ambiental (Qualificação de professores para trabalhar Educação Ambiental).

			Educação Ambiental
		Jardim Botânico de Brasília	Herbário na escola, atendimento às escolas, vivências, cursos e oficinas
		Escola da Natureza (Parque da Cidade)	Educação Ambiental
		Projeto Seligaaí	Educação Ambiental
		ADASA	ADASA na Escola (educação ambiental hídrica e sanitária nas escolas do Distrito Federal, por meio de palestras e recursos didáticos).
		DEA/MMA	Programa Nacional de Capacitação de Gestores
			Cursos EAD
		EMATER	Orientação ao produtor rural
		Incra/UnB	Pronera (financiado pelo Incra - trabalha os assentamentos)

J. Relação entre sociedade e animais silvestres no território

No que concerne à relação entre sociedade e animais silvestres no território, um dos grandes problemas hoje são os cachorros abandonados na rodovia, que formam matilhas e atacam os animais silvestres. É necessário produzir cartilhas para distribuição abordando as ações necessárias para o cuidado com a fauna. Esses problemas também ocorrem no Parque Nacional de Brasília.

O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 10 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio da relação entre sociedade e animais silvestres no território

DESAFIO	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Relação sociedade x animais silvestres no território	Corredor ecológico biodiversidade		
	Ações relacionadas em andamento	IBRAM e Votorantim	Refúgio da Vida Silvestre
		IBRAM	Projeto Rodofauna (Monitoramento de atropelamento de fauna em rodovias próximas a UCs no DF)
		Brasília é o bicho	Projeto Brasília é o Bicho - tem o objetivo identificar e proteger a fauna silvestre no DF e entorno

K. Mecanismos de pesquisa e financiamento

Os mecanismos de pesquisa e financiamento são escassos, mas durante as oficinas foi possível identificar inúmeras iniciativas de pesquisa, especialmente coordenadas por instituições de ensino superior. Os projetos de extensão possuem um papel relevante no campo da pesquisa, especialmente nas áreas de agroecologia, mudanças climáticas, gestão de águas e resíduos sólidos.

Quantos aos mecanismos de financiamento, esses são de fato escassos, tendo sido citado apenas um. O quadro a seguir apresenta a relação de potencialidades e ações relacionadas a este desafio:

QUADRO 11 - Potencialidades, instituições, atores e ações relacionados ao desafio Mecanismos de pesquisa e financiamento escassos

DESAFIOS	POTENCIALIDADES	INSTITUIÇÕES/ ATORES	AÇÕES
Mecanismos de pesquisa e financiamento	Pesquisa científica/patentes e patrimônio genético		
	Ações relacionadas em andamento	UnB (Irineu Tamaio)	Pesquisa científica sobre mudanças climáticas
		Instituto ISSA (André Micoles e Renata Masson)	Pesquisa de Mudanças Climáticas e Permacultura
		UnB FUPlanaltina	LaPCIS (Laboratório de Pesquisa de Ciências Sociais - EA no ensino médio)
		Jardim Botânico de Brasília	Pesquisa sobre flora e fauna
			Pesquisa e disseminação de informações sobre o bioma Cerrado
	Herbário Ezechias Paulo Heringer		
ISPN	PPPecos - capta recursos para pequenos projetos, com viés de formação e EA. Publica material de boas práticas.		

Conforme exposto anteriormente, foram identificadas mais de cem ações relacionadas aos desafios socioambientais mais significativos no território, do ponto de vista dos participantes das oficinas de construção deste PPP. É um resultado significativo, considerando os objetivos desta iniciativa, que visa, entre outros, promover a articulação das ações e atores/instituições atuantes na região, com objetivo de fortalecer a Educação Ambiental no território.

3. MARCO CONCEITUAL

O processo de consubstanciação do Marco Conceitual optou por levar em conta todo o acúmulo prévio em relação às diretrizes e princípios que orientam a Educação Ambiental com foco em Unidades de Conservação, e ainda, integrar a visão dos participantes, que dialogaram sobre sonhos, intenções e propuseram objetivos específicos para o PPP de EA no território das UCs. Neste sentido, foram adotadas as seguintes referências:

- Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental - PPPEA em Unidades de Conservação Federais e Gestão da Biodiversidade;
- Plano de Manejo da APA do Planalto Central - Subprograma de Educação Ambiental;
- Projeto Político Pedagógico do ICMBio;
- Resultados da 1ª Oficina de construção deste PPP de Educação Ambiental
- Objetivos propostos na 2ª Oficina de construção deste PPP de Educação Ambiental

3.1 Referências do PPPEA em Unidades de Conservação e Gestão da Biodiversidade

O Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental - PPPEA em Unidades de Conservação Federais e Gestão da Biodiversidade, assume a Educação Ambiental como “processos educativos focados em problemas, conflitos e potencialidades ambientais, atuando com atores locais de forma dialógica, participativa e democrática”. Essa visão orientou a construção deste PPP de Educação Ambiental desde a concepção da metodologia de diálogo, a qual buscou identificar os problemas, conflitos e potencialidades ambientais, para então, com base nesse conhecimento contextual e específico do território, trabalhar na construção de propostas de ação de EA.

Também é importante considerar os princípios norteadores das ações de EA definidos no PPPEA em UCs. Esses princípios foram apresentados aos participantes para que pudessem embasar a reflexão sobre as ações. Eles são os seguintes:

- Diálogo entre saberes e fazeres.
- Reconhecimento de diferentes territorialidades e identidades.
- Valorização da cultura e da organização social dos grupos sociais que são sujeitos

das ações educativas.

O PPPEA em UCs apresenta ainda a definição de alguns eixos de trabalho que devem orientar a coordenação de Educação Ambiental. Os eixos estão indicados a seguir e, mais adiante, foram correlacionados com os objetivos específicos propostos na 2ª oficina de construção deste PPP de EA.

Eixo 1: Formação de educadores ambientais;

Eixo 2: Comunicação e produção de materiais pedagógicos;

Eixo 3: Promoção da educação ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa para Conservação;

Eixo 4: Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação.

3.2 Referências do Subprograma de EA do Plano de Manejo da APA do Planalto Central

O Subprograma de Educação Ambiental do Plano de Manejo da APA do Planalto Central define como objetivo a **integração da unidade no contexto educacional da região**, através do desenvolvimento de **ações que visem à conscientização da população local**, utilizando-se técnicas pedagógicas que tratam do desenvolvimento da **consciência crítica sobre a problemática ambiental**. De acordo com esse subprograma, tais ações devem envolver a transmissão de **conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área**.

Ainda segundo o Subprograma citado, deve-se esperar que as ações realizadas alcancem os seguintes resultados:

- Sociedade conscientizada sobre a conservação dos recursos naturais.
- Atitude da população para com os recursos ambientais da APA permeada por valores ambientais.
- Aspectos culturais e tradicionais da região: vivos, valorizados e divulgados.

3.3 Referências do Projeto Político Pedagógico do ICMBIO

No que concerne às bases do Projeto Político Pedagógico do ICMBio, também um

documento de referência para a construção deste Marco Conceitual, algumas questões são apontadas como relevantes na perspectiva de um PPP de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, quais sejam:

- Exercício da cidadania, aprendizagem social e empoderamento dos atores sociais;
- Fortalecimento dos laços e integração entre a comunidade local e a Unidade de Conservação;
- Leitura do contexto ambiental sob a perspectiva da complexidade da sociedade, abrangendo aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais.

3.4 Resultados dos diálogos sobre o Marco Conceitual na 1ª oficina

Além das referências abordadas acima, integram este Marco Conceitual os resultados da **1ª oficina de construção deste PPP**. Nesta oportunidade, o processo de diálogo voltou-se para os valores, saberes e sonhos dos participantes com atuação influente nas 3 UCs.

Nos trabalhos em grupo da oficina de construção participativa, **buscou-se princípios comuns para a EA**, que fossem capazes de contribuir com o **enfrentamento de diversos desafios** apontados pelos gestores das UCs e que pudessem dar uma **identidade aos processos educativos** a serem desenvolvidos nestas áreas.

Todas as Unidades de Conservação têm um desafio pela complexidade territorial. Neste recorte territorial em questão, não há uma única identidade cultural. O Marco Conceitual visa apontar qual a estratégia educativa a ser adotada para dar conta desta gestão territorial complexa. Devido a heterogeneidade da região, ter de trabalhar sua identidade, resgatar o sentimento pertencimento, é um grande desafio.

Refletindo acerca dos desafios que foram sendo identificados durante as oficinas, foi possível extrair alguns ideais e realidades a serem transformadas a partir deste PPP de Educação Ambiental.

Compreendeu-se que o objetivo geral de unir, em um mesmo projeto, iniciativas diversas de Educação Ambiental é extrapolar a ação pontual e **transformar as Unidades de Conservação em questão em verdadeiros espaços educadores**, capazes de apoiar a sociedade no enfrentamento dos desafios apontados.

Algumas questões importantes foram suscitadas, por exemplo: como olhar para as

áreas mais conservadas e aprender com aquilo? Como trazer a própria sociedade para intervir de maneira adequada?

Para isso é preciso uma quebra de paradigmas societários. Durante a oficina, uma participante, representante da Secretaria de Meio Ambiente, trouxe o seguinte dado: dentre as UCs Amazônicas com maior sucesso em conservação e menos roubo de madeira destacam-se as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as quais têm populações residindo.

É nas UCs de proteção integral onde existe mais roubos e outros problemas ambientais. “O homem como um inimigo da natureza é um paradigma formado, que deve ser rompido”. E a EA deve surgir como uma ferramenta para este rompimento e para mais transformações almejadas, ou seja, para possibilitar que a Unidade de Conservação seja um espaço educador, um foco de sustentabilidade que irradia e transpõe limites espaciais.

Abaixo serão citados alguns outros sonhos e intenções para as 3 UCs, apontados pelos participantes da oficina de construção do marco conceitual do PPP:

- Sociedade com maior interesse em aprender e se envolver com as questões das UCs;
- Comunidade empoderada, com maior sentimento de pertencimento ao local que vive, utilizando de forma responsável e sustentável;
- Instituições integradas e sociedade mobilizada pelas ações de EA;
- Um Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) com menos interferência política e empresarial, socialmente mais justo e menos voltado aos interesses econômicos;
- Uma política habitacional adequada no território, garantindo o uso social da terra.
- Promoção da biodiversidade na APA sem necessariamente restringir a vida das pessoas, pensando no homem como promotor da natureza e não destruidor;
- Conflitos de uso de recursos naturais mapeados para que as ações de EA possam promover diálogos entre os atores envolvidos nos conflitos;
- Harmonia entre instituições/Interinstitucionalidade, podendo cada uma utilizar de suas funções e prerrogativas para o enfrentamento das problemáticas

socioambientais – responsabilidade coletiva e ações estratégicas alinhadas;

- Justiça Ambiental e direitos humanos atendidos;
- Educação Ambiental como um instrumento da gestão ambiental e de gestão do território;
- Publicidade das ações: olhar no mapa e conseguir saber de todas as atividades socioambientais que estão acontecendo por ali.
- Gestão eficiente da informação e do conhecimento: democratizar acesso à informação e aos seus benefícios, para que trabalhem para todos e não para uns.
- Aproximação da sociedade com as ações de EA;
- Ações de EA continuadas e não pontuais;
- Aumento da percepção da comunidade como parte do próprio meio, entendendo como os ciclos e sistemas funcionam, para intervenções conscientes;
- Brasília como um modelo de sustentabilidade.

Com o objetivo de caracterizar a Educação Ambiental a ser desenvolvida nas 3 UCs, as instituições presentes na primeira oficina realizaram trabalhos em grupos, onde foi possível coletar e sistematizar percepções coletivas. Relembrando os principais desafios socioambientais da região, os grupos identificaram princípios e diretrizes, como pontos de intersecção dos processos de EA para o território:

- A EA tem de ser transversal e interdisciplinar, estar inserida em vários conteúdos. Por exemplo: agentes de saúde, assistência social e outros inserindo a EA no contexto de seu trabalho, dialogando para que a própria comunidade intervenha nas decisões do território;
- EA integrada com as políticas públicas e com a rede de educação formal;
- Ações de EA de acesso facilitado: em reuniões comunitárias, reuniões do conselho, espaços comunitários, oficinas;
- Ações de EA partindo do que já existe, criando uma sinergia entre elas. Não simplesmente fazer uma EA do Icmbio para as UCs e sim algo articulado com Caesb, Emater, Crats, Sema, Ibram, MMA, UnB etc;

- Desenvolvimento de qualquer ação de EA tendo como ponto de partida o contexto do território;
- EA para uma gestão ambiental mais eficiente;
- EA que aborde desafios, questão da água, fogo, caça e o contexto de dinamização urbana, aumento populacional;
- EA baseada nos documentos de referência, como a ENCEA, PNEA, que trabalha uma vertente crítica de educação;
- Uma EA que leva as pessoas a participarem como protagonistas das ações.
- Aproveitamento de oportunidades pedagógicas: qualificação da visitação e do turismo, oferecendo uma experiência educativa;
- EA que qualifique a participação do Conselho Gestor da UC, sem predomínio de interesses individuais e com maior participação;
- EA para jovens lideranças;
- EA emancipatória, apoiando as pessoas a criar seus próprios instrumentos para colaborar melhor com a gestão e a atuar nos espaços que já existem como audiências públicas, conselhos gestores e ambientais (Conselho de Recursos Hídricos - CRH e Conselho de Meio Ambiente do DF - CONAM);
- EA para intervenções em prol do bem comum, mais que dos interesses particulares;
- EA para fortalecimento de espaço de comunicação social, divulgação das ações, mobilização para uma participação massiva, qualificada, efetiva e perene.
- EA crítica, participativa, realizadora e transformadora, com foco nas ações, para que possamos ir além das discussões e do papel;
- EA para mudanças do comportamento individual e coletivo, para melhorias no meio ambiente e na qualidade de vida.

3.5 Resultados dos diálogos sobre o Marco Conceitual na 2ª oficina

Na **2ª oficina de construção deste PPP de EA** todas as bases conceituais e diretrizes apresentadas até aqui, foram retomadas de forma sintética para orientar e inspirar reflexões para elaboração dos objetivos que deveriam direcionar a construção do marco

operacional deste PPP. Nesse processo de diálogo, os participantes foram guiados pela seguinte questão: “Em vista do marco situacional e dos princípios e diretrizes orientadores, quais objetivos deverão guiar as ações de educação ambiental no território?”

Os objetivos propostos pelos participantes foram os seguintes:

QUADRO 12 - Objetivos específicos propostos pelos participantes na 2ª oficina

Nº	Objetivos Específicos do PPP de EA da APA PC, PARNA Brasília e REBIO da Contagem
1	Integrar e ampliar a participação dos atores existentes no território para atuação em rede
2	Estimular o diálogo entre atores visando a promoção da governança socioambiental
3	Fomentar a participação da comunidade do território para incidir na formulação de políticas públicas
4	Mobilizar, organizar e capacitar a sociedade para as tomadas de decisão na esfera pública
5	Sensibilizar "o ser como integrante do território"
6	Sensibilizar e motivar as comunidades em relação à importância da educação ambiental nas Unidades de Conservação e seu entorno.
7	Valorizar e difundir os benefícios da UC
8	Valorizar as comunidades estimulando a associação intra/inter grupos culturais, políticos, econômicos, artesanais e outros.
9	Promover a mediação para mitigação de problemas diagnosticados em áreas de conflito
10	Capacitar educadores ambientais para aplicar de forma transversal a EA
11	Otimizar e fortalecer ações que estão em andamento e aplicar nos territórios das Ucs
12	Estabelecer parcerias institucionais no sentido de proporcionar meios educativos formais e não formais nas comunidades dos territórios

Durante a oficina, no momento de apresentação e diálogo em torno dos objetivos específicos, fomos dialogando em grupo sobre as relações e semelhanças identificadas. Os objetivos repetidos ou semelhantes foram aglutinados, resultando na lista final de objetivos apresentada a seguir:

QUADRO 13 - Objetivos específicos aglutinados

Nº	Objetivos Específicos Aglutinados	
1	Integrar e ampliar a participação dos atores existentes no território para atuação em rede.	junção dos objetivos 1, 2, 12 e 9
2	Mobilizar e fomentar a participação da comunidade do território para	junção dos objetivos

	incidir na formulação de políticas públicas.	3 e 4
3	Sensibilizar e motivar as comunidades em relação à importância da educação ambiental nas Unidades de Conservação e seu entorno.	
4	Otimizar e fortalecer ações que estão em andamento e aplicar nos territórios das UCs.	
5	Promover a mediação para mitigação de problemas diagnosticados em áreas de conflito.	
6	Capacitar educadores ambientais para aplicar de forma transversal a EA.	
7	Difundir os benefícios da UC e sensibilizar "o ser como integrante do território".	junção dos objetivos 5 e 7

No quadro que se segue, os objetivos específicos acima foram cruzados com os eixos de ação previstos no PPPEA em Unidades de Conservação Federais e Gestão da Biodiversidade, permitindo visualizar a relação entre este PPP de Educação Ambiental e as orientações do ICMBio no que concerne à Educação Ambiental em Unidades de Conservação.

QUADRO 14 - Objetivos específicos x eixos de ação definidos no PPPEA em UCs federais

Objetivos Específicos Aglutinados	Eixos - PPP-EA - ICMBIO			
	Formação de educadores ambientais;	Comunicação e produção de materiais pedagógicos	Promoção da educação ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa para Conservação;	Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação
1- Integrar e ampliar a participação dos atores existentes no território para atuação em rede				X
2- Mobilizar e fomentar a participação da comunidade do território para incidir na formulação de políticas públicas		X	X	X
3- Sensibilizar e motivar as comunidades em relação à importância da educação ambiental nas Unidades de Conservação e seu entorno.		X	X	

4- Otimizar e fortalecer ações que estão em andamento e aplicar nos territórios das Ucs				X
5- Promover a mediação para mitigação de problemas diagnosticados em áreas de conflito				X
6 -Capacitar educadores ambientais para aplicar de forma transversal a EA	X			
7- Difundir os benefícios da UC e sensibilizar "o ser como integrante do território"	X	X	X	

Como é possível observar no quadro acima, o cruzamento dos objetivos específicos propostos com os eixos de ação permitem diversas interseções, demonstrando que um objetivo pode estar relacionado a mais de um eixo de ação. O interessante desta análise é a possibilidades de notar a aderência dos resultados do diálogo no processo de construção deste PPP aos acúmulos prévios, apresentados em documentos produzidos anteriormente pelo ICMBio.

Finalizado o Marco Conceitual e tendo-o como referência, assim como o Marco Situacional, o passo seguinte foi a construção do Marco Operacional, apresentado a seguir.

4. MARCO OPERACIONAL

O Marco Operacional, fruto do trabalho em grupo realizado na terceira oficina, aponta as ações de Educação Ambiental que, na visão dos participantes, precisam ser realizadas para superar os desafios e aproveitar as potencialidades no território, assim como para articular e fortalecer as iniciativas já em andamento.

Como até esta etapa trabalhou-se intensamente para identificar o que já acontece no território, resultando na percepção de que já há um acúmulo significativo e ações relevantes em andamento, a proposição de ações na construção deste PPP resultou principalmente em sugestões de mapeamento, articulação e fortalecimento de iniciativas existentes.

4.1 Ações propostas

As ações propostas na construção do Marco Operacional deste PPP de Educação Ambiental estão listadas no quadro a seguir:

QUADRO 15 - Ações propostas na 3ª oficina de construção do PPP

Ações Propostas
Integrar os atores para potencializar o turismo ecológico.
Mapear os parques relacionados ao GDF e identificar a sobreposição com as APAS para integrar as ações existentes, em especial na Serrinha do Paranoá.
Fortalecer as instâncias de EA existentes: CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, GT intergovernamental e GT Frente Parlamentar de EA.
Mapear todo o território, detalhando os bancos de dados existentes (como CAR, Terracap, SPU, Codeplan), com foco em Educação Ambiental.
Articular junto aos educadores das redes de ensino pública e privada projetos de educação ambiental envolvendo governo Distrital e Federal, baseados nos mapeamentos das UCs.
Identificar todas as ações existentes e integrá-las ao Plano Distrital de Educação Ambiental.
Articular junto aos legisladores (Câmara Legislativa do DF e Casa Civil), incentivo fiscal para a instalação de sistemas de uso sustentável da água.

Formar uma rede de comunicadores ambientais para sensibilização da comunidade no território. Público: formadores de opinião. Local: comunidades.
Criar aplicativo para divulgar as ações e informações de Educação Ambiental.
Articular interinstitucionalmente a implementação de pontos de coleta de entulho e a revisão das rotas do SLU (articular Administrações Regionais, gestores e sociedade civil).
Estabelecer uma trilha de longo percurso que incorpore os corredores ecológicos e caminhos antigos no DF, inclusive no interior das UCs (sul, norte e leste).
Realizar curso sobre CONDEMAS - Conselhos de Meio Ambiente em todas as Regiões Administrativas.
Criar e fortalecer CONDEMAS em todas as Regiões Administrativas nas comunidades próximas às UCs. (Parceiros: Administrações regionais, empresas e escolas)
Realizar campanhas de comunicação em massa e fiscalização intensiva durante toda a seca para a prevenção de incêndios. (Envolver GDF, Casa Civil e Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal)
Agregar e ampliar as perspectivas eco-históricas e patrimoniais nos programas de visitação das UCs. Público: comunidade em geral. Local: nas UCs. Parceiros: Administrações Regionais, escolas, Secretarias e Universidades.

Ao relacionar as ações listadas no quadro acima com os eixos de ação definidos no PPPEA em Unidades de Conservação Federais, visualizamos os quatro conjuntos de ação a seguir:

QUADRO 16 - Ações propostas na 3ª oficina de construção do PPP relacionadas ao eixo de ação "Formação de Educadores Ambientais".

Formação de educadores ambientais;	Formar uma rede de comunicadores ambientais para sensibilização da comunidade no território. Público: formadores de opinião. Local: comunidades.
	Realizar curso sobre CONDEMAS em todas as Regiões Administrativas.

QUADRO 17 - Ações propostas na 3ª oficina de construção do PPP relacionadas ao eixo de ação "Comunicação e produção de materiais pedagógicos".

Comunicação e produção de materiais pedagógicos;	Criar aplicativo para divulgar as ações e informações de Educação Ambiental.
	Realizar campanhas de comunicação em massa e fiscalização intensiva durante toda a seca para a prevenção de incêndios. (Envolver GDF, Casa Civil e Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal)

QUADRO 18 - Ações propostas na 3ª oficina de construção do PPP relacionadas ao eixo de ação "Promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e centros de

pesquisa e conservação”.

Promoção da educação ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa para Conservação;	Agregar e ampliar as perspectivas eco-históricas e patrimoniais nos programas de visitação das UCs. Público: comunidade em geral. Local: nas UCs. Parceiros: Administrações Regionais, escolas, Secretarias e Universidades.
	Criar e fortalecer CONDEMAS em todas as Regiões Administrativas nas comunidades próximas às UCs. Parceiros: Administrações Regionais, empresas e escolas.
	Estabelecer uma trilha de longo percurso que incorpore os corredores ecológicos e caminhos antigos no DF, inclusive no interior das UCs (sul, norte e leste).

QUADRO 19 - Ações propostas na 3ª oficina de construção do PPP relacionadas ao eixo de ação “Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação”.

Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação	Integrar os atores para potencializar o turismo ecológico.
	Mapear os parques relacionados ao GDF e identificar a sobreposição com as APAs para integrar as ações, em especial na Serrinha do Paranoá.
	Mapear todo o território, detalhando os bancos de dados existentes (como CAR, Terracap, SPU, Codeplan), com foco em Educação Ambiental.
	Articular junto aos educadores das redes de ensino pública e privada projetos de educação ambiental envolvendo governo Distrital e Federal, baseados nos mapeamentos das UCs.
	Identificar todas as ações existentes e integrá-las ao Plano Distrital de Educação Ambiental.
	Articular junto aos legisladores (Câmara Legislativa do DF e Casa Civil), incentivo fiscal para a instalação de sistemas de uso sustentável da água.
	Articular interinstitucionalmente a implementação de pontos de coleta de entulho e a revisão das rotas do SLU (articular Administrações Regionais, gestores e sociedade civil).
	Fortalecer as instâncias de EA existentes: CIEA, GT intergovernamental e GT Frente Parlamentar de EA.

Também no que concerne a relação entre este PPP e o PPPEA em Unidades de Conservação Federais, neste Marco Operacional é importante considerar as Etapas da Ação Educativa, conforme orientação da coordenação de Educação Ambiental do ICMBio,

que são:

- Realizar leitura da realidade, compreendendo quais são os principais processos sociais, econômicos, culturais, históricos, políticos, ecológicos, etc, mapeando os principais problemas, conflitos, potencialidades e atores interagindo e sendo parte dessas questões.
- Definir uma intencionalidade e concepção metodológica para a ação educativa (ex: crítica, transformadora, conservacionista, pragmática, etc).
- Identificar os sujeitos prioritários da ação educativa (quem são os que recebem maior ônus pelo uso dos recursos ambientais? Quem tem menos acesso aos processos de tomada de decisão? Quem tem menos acesso a ações educativas?).
- Planejar de forma participativa a ação educativa (educadores, atores estratégicos e educandos devem contribuir para o planejamento e, caso possível, para a implementação da ação educativa).

De modo geral, a própria iniciativa de construção deste PPP de EA buscou seguir essas etapas. Na perspectiva deste Marco Operacional, é importante tomá-las como um guia para cada ação a ser realizada, podendo servir também como referência para o processo de avaliação de sua execução.

Por fim, como recomendação final em termos operacionais, e considerando a perspectiva da coordenação desta iniciativa e as avaliações dos participantes da construção deste PPP, é importante tomar este processo como algo vivo, sustentado por uma ação continuada de integração, articulações e encontros para o fortalecimento da Educação Ambiental no território. Nessa perspectiva, a própria construção deste PPP revelou-se uma ação com sentido e caráter educativo.

4.1 Matriz de Sinergias

Os passos iniciais de articulação e integração entre os atores do território poderão ser favorecidos pela Matriz de Sinergias (ANEXO 6), construída na última etapa da 3ª oficina de construção do PPP. A Matriz de Sinergia foi gerada a partir de um exercício dos participantes de reconhecerem todas as ações mapeadas durante os encontros de construção do PPP e indicar aquelas que teriam interesse em conhecer, participar ou apoiar. O objetivo foi oportunizar um meio de diálogo e aproximação para potencializar as ações e conectar instituições e atores relevantes no território, algo fundamental para o

fortalecimento da Educação Ambiental.

No quadro a seguir, estão listadas as ações indicadas pelos participantes - informando seus respectivos contatos, formando a Matriz de Sinergias. Foram 36 as ações que tiveram atores interessados em participar, apoiar ou conhecer. Considerando que os participantes presentes na oficina representam apenas uma parcela do total no território, pode-se considerar esta proposta de Matriz de Sinergia como uma ferramenta relevante e com grande potencial para favorecer articulações, a ser continuamente trabalhada e estimulada.

É importante ressaltar que no anexo 6, aba “Matriz de Sinergias”, estão apresentadas todas as ações identificadas e apontadas algumas relações entre elas (por numeração), também fruto do trabalho dos participantes da 3ª oficina. No quadro que se segue, serão apresentadas especificamente as ações indicadas como de interesse por participantes, as quais sugerem a necessidade de um trabalho mais imediato de articulação:

QUADRO 19 - Matriz de Sinergias

Instituições / atores	Ações	Interessados
DEA/MMA	Curso sobre gestão de resíduos sólidos	Desejam participar: 1) Cláudio Odilon (ADASA) - claudiosilva@adasa.df.gov.br - 3961-5077; 2) Juliana (Agefis nas Escolas) - 98118-0006 - julisedel@gmail.com; 3) Letícia (ICMBIO) leticia.braga@icmbio.gov.br - 98117-7764; 4) Maycon Lima (estudante UnB) maycon.gamunb@gmail.com - 98263-9553; 5) Alunos de Gestão Ambiental (UnB-FUP) - contato: Carolina Lopes (UnB-FUP) carolinalopesaraujo@yahoo.com.br;
IFB	Projetos de pesquisa: Estudo de geração de resíduos sólidos no campus Planaltina; Análise ambiental e geotécnica de área destinada ao aterro sanitário do DF (Samambaia).	Interessado: edmarantonio989@gmail.com - 99553-1697
AGEFIS	AGEFIS nas Escolas	Desejam colaborar: 1) Cristiane Russo (UnB) - 99435-9553; 2) Manoel Araújo (IBAMA-DF) - 3035-3450
Comunidade da	Projeto Águas (mapeamento e	Deseja participar:

Serrinha do Paranoá e Brigada de Incêndio	recuperação de nascentes e mata ciliar)	Cláudio Odilon (ADASA) - claudiosilva@adasa.df.gov.br - 3961-5077
SEMA	Centro de Referência Água e Transdisciplinaridade (CIRAT)	Deseja colaborar: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
ADASA	ADASA na Escola	Deseja trocar informações: Juliana (Agefis nas Escolas) - 98118-0006 - julisedel@gmail.com
	PSA Pipiripau (Produtor de água - Pagamento por Serviços Ambientais)	Interessado: pauloprosocial@gmail.com (SEMA/UnB) - 99361-5227
	Projeto do Ribeirão de Sobradinho	Deseja colaborar: Carolina Lopes (UnB-FUP) - carolinalopesaraujo@yahoo.com.br
DEA/MMA	Curso de EA para gestão das águas à distância e sobre mudanças climáticas	Desejam participar: 1) Letícia (ICMBIO) leticia.braga@icmbio.gov.br - 98117-7764; 2) Johnny Rodrigues - johnnyrodrigues@yahoo.com.br
ASPROESTE	Ações para recuperação de nascentes	Desejam colaborar: 1) Letícia (ICMBIO) leticia.braga@icmbio.gov.br - 98117-7764; 2) Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
IFB	Curso de Extensão: Educação Ambiental e sanitária a partir da qualidade microbiológica e físico-química da água de abastecimento domiciliar e industrial da região do Núcleo Rural Casa Grande (Gama). Projeto de Pesquisa: Levantamento de ictiofauna e qualidade da água dos córregos Arrozal, Pindaíba e Corguinho da Bacia do Rio São Bartolomeu.	Desejam conhecer: Letícia (ICMBIO) leticia.braga@icmbio.gov.br - 98117-7764;
EMATER / SEAGRI	Plano de Conservação de Água e Solo	Desejam colaborar: 1) Carolina Lopes (UnB-FUP) - carolinalopesaraujo@yahoo.com.br 2) Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
Embrapa Cerrados	Trilha da Coruja	Deseja participar: Maycon Lima (estudante UnB) maycon.gamunb@gmail.com - 98263-9553
Secretaria de Educação	Educação patrimonial - identidade, pertencimento, cultura e sustentabilidade	Desejam colaborar: 1) Lêda Bhadra (RA Lago Norte) - 99988-7594 bhadraleda@yahoo.com.br; 2) Ana Schramm (APCE/FIOCRUZ) schrammana@gmail.com - 99672-8098;

		3) Enrique (ICMBIO) - enriquebalbuena@icmbio.gov.br - 99977-7820
Oca do Sol	Trilha Ecológica na Serrinha do Paranoá	Deseja colaborar: Lêda Bhadra (RA Lago Norte) - 99988-7594 bhadraleda@yahoo.com.br
ESEC-AE	Trilha monitorada	Interessado: Cláudio Odilon (ADASA) - claudiosilva@adasa.df.gov.br - 3961-5077
DEA/MMA	Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF)	Desejam participar: 1) Flábia (UnB) flabia.paula@gmail.com - 99909-7041; 2) Gabriela (Projeto Seligaai) - 98142-3256 - projetoseligaai@gmail.com
Sítio Gerânio	Educação ambiental - Agroecologia	Desejam participar/colaborar: 1) Flábia (UnB) flabia.paula@gmail.com - 99909-7041; 2) Maycon Lima (estudante UnB) maycon.gamunb@gmail.com - 98263-9553
Serrinha do Paranoá	Formação de banco de dados: fundo rural social (FRS); cadastramento; formações	Desejam colaborar: 1) Manoel Araújo (IBAMA-DF) - 3035-3450; 2) Lêda Bhadra (RA Lago Norte) - 99988-7594 bhadraleda@yahoo.com.br
ASPROESTE (Ass. de Produtores do Lago Oeste)	Trabalho junto aos moradores e produtores	Deseja participar: Flábia (UnB) flabia.paula@gmail.com - 99909-7041. Deseja colaborar: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
UnB Planaltina	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agricultura Sustentável	Deseja participar: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
CBC/ICMBio (Jardim Botânico)	Recuperação de Áreas	Desejam colaborar/participar: 1) Flábia (UnB) flabia.paula@gmail.com - 99909-7041; 2) Ana Schramm (APCE/FIOCRUZ) schrammana@gmail.com - 99672-8098; 3) Maycon Lima (estudante UnB) maycon.gamunb@gmail.com - 98263-9553; 4) Cláudio Odilon (ADASA) - claudiosilva@adasa.df.gov.br - 3961-5077
Escola da Árvore (Núcleo Rural Urubu)	Educação infantil e Educação Ambiental	Deseja conhecer: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
Secretaria de Educação do DF	Política de Educação Patrimonial (Portaria 265 de 06/08/2016)	Desejam apoiar/fazer parceria: 1) Ana Schramm (APCE/FIOCRUZ) schrammana@gmail.com - 99672-8098;

		2) Juliana (Agefis nas Escolas) - 98118-0006 - julisedel@gmail.com
IBRAM e Secretaria de Educação	Formação de Professores: Reeditor ambiental	Interessados: 1) Enrique (ICMBIO) - enriquebalbuena@icmbio.gov.br - 99977-7820; 2) Francisca (APA-PC) - francisca.rocha@icmbio.gov.br
REBIO - Instituto Céu Luz	Vivências socioambientais	Deseja conhecer/ participar: Muna - esec.aguagemendadas@gmail.com
REBIO	Curso de formação (palestra sobre meio ambiente e vivências)	Desejam participar/colaborar: 1) Gabriela (Projeto Seligaai) - 98142-3256 - projetoseligaai@gmail.com; 2) Ana Schramm (APCE/FIOCRUZ) schrammana@gmail.com - 99672-8098.
UnB FUPlanaltina	Produção acadêmica voltada para a comunidade (TCC, mestrado)	Deseja conhecer: Letícia (ICMBIO) leticia.braga@icmbio.gov.br - 98117-7764
SEMA	Virada do Cerrado	Deseja colaborar/participar: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
IFB - Campus Planaltina	Curso Agroecologia e outros cursos de EA	Deseja participar: Flábia (UnB) flabia.paula@gmail.com - 99909-7041
Escola da Natureza (Parque da Cidade)	Educação Ambiental	Desejam colaborar: 1) Cristiane Russo (UnB) - 99435-9553; 2) Gabriela (Projeto Seligaai) - 98142-3256 - projetoseligaai@gmail.com;
Projeto Seligaai	Educação Ambiental	Deseja colaborar: 1) Cristiane Russo (UnB) - 99435-9553; 2) Manoel Araújo (IBAMA-DF) - 3035-3450
DEA/MMA	Programa Nacional de Capacitação de Gestores	Desejam participar: 1) Letícia (ICMBIO) leticia.braga@icmbio.gov.br - 98117-7764; 2) Ana Schramm (APCE/FIOCRUZ) schrammana@gmail.com - 99672-8098; 3) Cláudio Odilon (ADASA) - claudiosilva@adasa.df.gov.br - 3961-5077; 4) Juliana (Agefis nas Escolas) - 98118-0006 - julisedel@gmail.com; 5) Muna - esec.aguagemendadas@gmail.com
	Cursos EAD: Resíduos Sólidos e Temáticas Ambientais	
Reserva da Biosfera	Locus de articulação para sustentabilidade no território	Deseja participar: Gabriela (Projeto Seligaai) - 98142-3256

		- projetoseligaai@gmail.com
UnB (Irineu Tamaio)	Pesquisa científica sobre mudanças climáticas	Deseja participar: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139
Instituto ISSA (André Micoles e Renata Masson)	Pesquisa de Mudanças Climáticas e Permacultura	Interessada: Ana Schramm (APCE/FIOCRUZ) schrammana@gmail.com - 99672-8098
ISPN	PPPecos - capta recursos para pequenos projetos, com viés de formação e EA. Publica material de boas práticas.	Quer ser informado: Reinado (IFB) - reinadogregorio@ifb.edu.br - 2193-8139

RESUMO EXECUTIVO

O Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília, da APA do Planalto Central e da Reserva Biológica de Contagem foi construído no período de julho de 2016 a março de 2017, por meio de um trabalho realizado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), envolvendo, em 3(três) encontros, a participação de cerca de 35 instituições que atuam direta ou indiretamente no território.

As características gerais das UCs em foco neste PPP são as seguintes:

- A **APA do Planalto Central** (APA PC) tem 504.160 hectares. É uma UC de Uso Sustentável e foi criada com a finalidade de proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo o patrimônio ambiental e cultural da região;
- O **Parque Nacional de Brasília** (PARNA) tem 42.389,01 hectares, abrangendo abrange as regiões administrativas de Brasília-DF, Sobradinho-DF e Brazlândia-DF e o município goiano de Padre Bernardo. Criada em 1961 e expandida em 2006, essa UC surgiu da necessidade de proteger os rios fornecedores de água potável à Capital Federal e de manter a vegetação em estado natural. Além disso, tem objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o

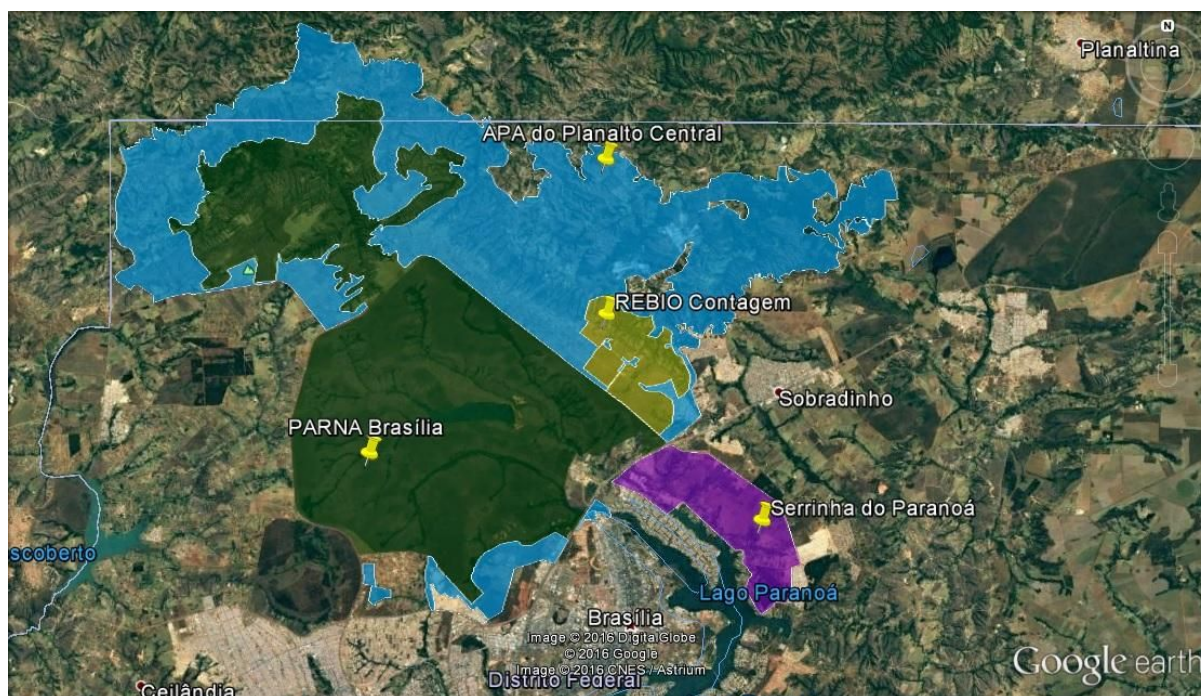
desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O reservatório de Santa Maria fica localizado dentro do PARNA, abastecendo cerca de 20% da população do DF;

- A **Reserva Biológica de Contagem** (REBIO Contagem) tem 3.426,15 hectares e foi criada no ano 2002 com o objetivo de assegurar a preservação do equilíbrio natural da diversidade biológica e dos processos ecológicos naturais. Na REBIO existem 2 (duas) fontes de captação de água que abastecem a população do DF.

Embora criadas em períodos diferentes, essas UCs possuem objetivos próximos, especialmente no que concerne a conservação dos recursos hídricos e ao controle da expansão de condomínios e subdivisão de chácaras. Ou seja, uso de recursos hídricos e ocupação de solo são preocupações que unem essas três UCs.

Neste momento inicial de construção do PPP, optou-se por definir áreas prioritárias de atuação, consideradas mais ameaçadas. As áreas prioritárias estão indicadas no mapa a seguir:

IMAGEM 1 - Território selecionado para a primeira etapa do PPP



Quanto às dimensões lógicas, o PPP é estruturado em três Marcos ou Eixos principais, construídos ao longo dos 3 encontros:

- **Situacional:** explora de onde partimos e qual realidade atual que queremos

transformar;

- **Conceitual:** define os princípios e diretrizes orientadores do PPP e os objetivos que devem ser alcançados;
- **Operacional:** propõe as ações educativas, considerando o contexto do território e os princípios, diretrizes e objetivos previstos no Marco ou Eixo Conceitual.

Um dos frutos mais imediatos das oficinas foi os participantes perceberem-se como parte de um grupo com objetivos comuns. Como resultado final do processo, espera-se integrar as ações existentes e orientar a atuação dos vários atores e instituições com base em uma visão comum.

Nos diálogos de construção do **Marco Situacional**, foram identificadas mais de 100 (cem) ações e cerca de 40 (quarenta) atores/instituições com atuação direta ou indireta em atividades de cunho ambiental relacionadas aos principais desafios apontados como os mais significativos do território, que são: Recursos Hídricos; Resíduos Sólidos; Desmatamento; Visitação de áreas naturais de forma irregular ou inapropriada; Pressão imobiliária nas UCs e entorno; Envolvimento da educação formal, das empresas e comunidades; Combate e prevenção de incêndios; Combate e prevenção de caça e pesca ilegais; Assistência técnica rural atuar dentro da UC e entorno; Relação entre sociedades e animais silvestres no território; e, Mecanismos de pesquisa e financiamento.

Quanto ao **Marco Conceitual**, destacam-se os objetivos específicos propostos como norteadores da execução das ações de Educação Ambiental deste PPP, apresentados a seguir:

- Integrar e ampliar a participação dos atores existentes no território para atuação em rede;
- Mobilizar e fomentar a participação da comunidade do território para incidir na formulação de políticas públicas;
- Sensibilizar e motivar as comunidades em relação à importância da educação ambiental nas Unidades de Conservação e seu entorno;
- Otimizar e fortalecer ações que estão em andamento e aplicar nos territórios das Ucs;
- Promover a mediação para mitigação de problemas diagnosticados em áreas de conflito;
- Capacitar educadores ambientais para aplicar de forma transversal a EA;
- Difundir os benefícios da UC e sensibilizar "o ser como integrante do território".

Quanto ao **Marco Operacional**, as ações de Educação Ambiental propostas para a primeira etapa deste PPP, estão apresentadas a seguir, relacionadas aos respectivos eixos de ação definidos no PPPEA em Unidades de Conservação Federais:

<p>Formação de educadores ambientais:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formar uma rede de comunicadores ambientais para sensibilização da comunidade no território. Público: formadores de opinião. Local: comunidades; - Realizar curso sobre CONDEMAS em todas as Região Administrativa;
<p>Comunicação e produção de materiais pedagógicos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar aplicativo para divulgar as ações e informações de Educação Ambiental; - Realizar campanhas de comunicação em massa e fiscalização intensiva durante toda a seca para a prevenção de incêndios; (Envolve GDF, Casa Civil e Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Distrito Federal)
<p>Promoção da educação ambiental nas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa para Conservação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Agregar e ampliar as perspectivas eco-históricas e patrimoniais nos programas de visitação das UCs; (Público: comunidade em geral. Local: nas UCs. Parceiros: Administrações Regionais, escolas, Secretarias e Universidades) - Criar e fortalecer CONDEMAS em todas as Regiões Administrativas nas comunidades próximas às UCs; (Parceiros: Administrações regionais, empresas e escolas) - Estabelecer uma trilha de longo percurso que incorpore os corredores ecológicos e caminhos antigos no DF, inclusive no interior das UCs (sul, norte e leste);
<p>Articulação intra e interinstitucional, de modo a contribuir para a qualificação dos processos de gestão das unidades de conservação:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar os atores para potencializar o turismo ecológico; - Mapear os parques relacionados ao GDF e identificar a sobreposição com as APAs para integrar as ações, em especial na Serrinha do Paranoá; - Mapear todo o território, detalhando os bancos de dados existentes (como CAR, Terracap, SPU, Codeplan), com foco em Educação Ambiental; - Articular junto aos educadores das redes de ensino pública e privada projetos de educação ambiental envolvendo governo Distrital e Federal, baseados nos mapeamentos das UCs; - Identificar todas as ações existentes e integrá-las ao Plano Distrital de Educação Ambiental;

	<ul style="list-style-type: none"> - Articular junto aos legisladores (Câmara Legislativa do do DF e Casa Civil), incentivo fiscal para a instalação de sistemas de uso sustentável da água;
	<ul style="list-style-type: none"> - Articular interinstitucionalmente a implementação de pontos de coleta de entulho e a revisão das rotas do SLU (articular Administrações Regionais, gestores e sociedade civil);
	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer as instâncias de EA existentes: CIEA, GT intergovernamental e GT Frente Parlamentar de EA.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. ICMBIO. PPPEA em Unidade de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade (Acesso ao documento).

BRASIL. ICMBIO. Projeto Político Pedagógico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Acesso ao documento).

BRASIL. ICMBIO. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central - Brasília: MMA, ICMBIO, APA do Planalto Central, 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2059-apa-do-planalto-central>

BRASIL. IBAMA. Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília. Brasília: MMA, ICMBIO, PNB, IBAMA, 1998.

BRASIL. MMA. Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Guia metodológico – oficina do PEAAF / Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015.

WWF. Observatório de UCs. RB Contagem. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/unidades/cadastro/390/>. Acesso em: 28 de mar 2017.

ANEXOS